

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Data: 30/07/2021

Diário do Pará

A2 POLÍTICA
24h de notícias • www.diarioonline.com.br

Diário do Pará
SEXTA-FEIRA, Belém-PA, 30/07/2021

Igeprev suspende pagamentos que chegam a R\$ 40 milhões

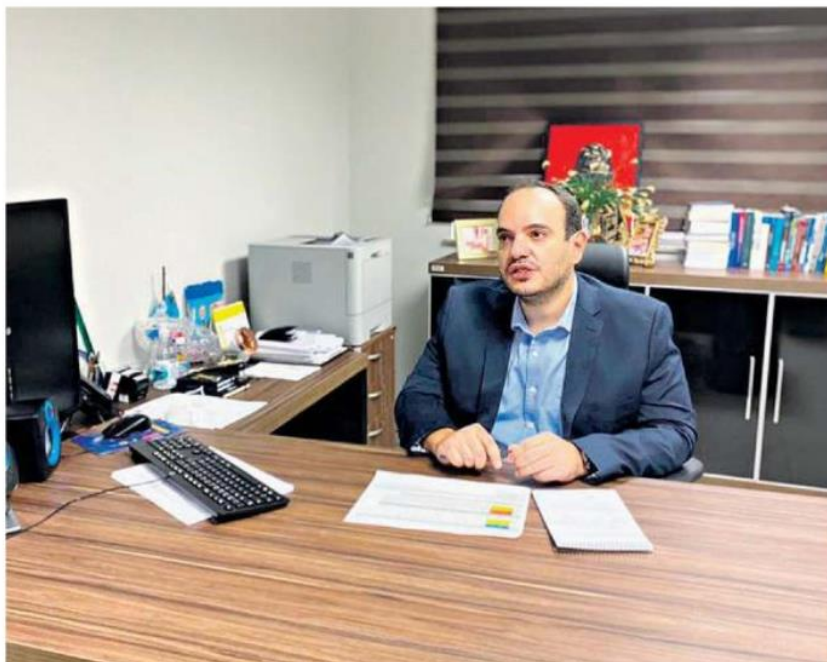
Somente em junho, investigação interna do órgão identificou mais de R\$ 18 milhões em benefícios irregulares, pagos a civis e militares

AUDITORIA

Luiz Flávio

Auditoria realizada pelo Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (Igeprev) na folha de pagamento de aposentados e pensionistas em junho identificou o pagamento irregular de 18,3 milhões. Esse valor se soma aos quase R\$ 20 milhões repassados a outros 537 segurados falecidos e identificados durante uma investigação interna, totalizando quase 40 milhões pagos indevidamente até agora.

Na auditoria do mês passado, o instituto identificou 340 segurados fale-



cidos, mas que continuavam na folha de pagamento. Desse total, 210 eram civis e 130 militares. A suspensão imediata dos proventos gerou uma economia de quase R\$ 2,4 milhões mensais ao instituto.

A perícia apurou também os valores pagos indevidamente entre a data de óbito de cada beneficiário no mês passado, quando os nomes foram retirados da folha, com o montante chegando a mais de R\$ 18,3 milhões. Um aposentado civil, que morreu em abril de 2018, por exemplo, recebeu mais de R\$ 184,5 mil. Já para um pensionista, morto em agosto de 2020, foram repassados cerca de R\$ 105,8 mil. Segundo dados do levantamento, alguns faleceram há pelo menos seis anos.

Em relação aos 130 segurados militares, por possuírem uma legislação própria, os benefícios estão suspensos por 90 dias, que é o prazo concedido para que sejam regularizados perante o Igeprev.

Giusepp Mendes lembra a importância de se fazer o recadastramento dos beneficiários no Estado

FOTO: DIVULGAÇÃO

prev. Caso os dependentes não compareçam, os pagamentos serão cancelados definitivamente. A relação completa com os 340 beneficiários falecidos foi publicada no Diário Oficial do Estado da última quarta-feira (28/7) para consulta.

Neste caso, o maior valor recebido irregularmente foi de uma segurada que morreu em abril de 2015: mais de R\$ 1,6 milhão. Os benefícios foram bloqueados e os valores estão sendo cobrados judicialmente pela Procuradoria Jurídica do Instituto.

Para evitar situações como essas de pagamentos irregulares, o Igeprev está realizando o Censo Previdenciário desde novembro do ano passado com o objetivo de atualizar os dados cadastrais de aposentados e pensionistas. Por causa da pandemia, o pro-

cesso foi suspenso em fevereiro deste ano e retomado em junho. Dos cerca de 48 mil beneficiários, mais de 16,7 mil já fizeram o recadastramento.

“O processo de atualização dos dados é importante para evitar fraudes na concessão de benefícios previdenciários. O censo dos segurados do Estado não ocorria há mais de uma década, mas o Igeprev montou uma estrutura que está proporcionando agilidade e segurança na coleta de informações. Os beneficiários estão cientes da importância do recadastramento e tem comparecido aos postos do instituto na capital e interior”, informou o presidente do Instituto, Giusepp Mendes.

Além da sede do Igeprev, o recadastramento pode ser feito no posto instalado no Terminal Hidroviá-

“

O censo dos segurados do Estado não ocorria há mais de uma década, mas o Igeprev montou uma estrutura que está proporcionando agilidade e segurança na coleta de informações”

Giusepp Mendes,
presidente do Igeprev

rio na capital. Os demais municípios são atendidos por polos fixos e unidades móveis equipadas para o atendimento presencial, considerando todas as medidas sanitárias para evitar a proliferação do novo coronavírus. A previsão é que o censo seja concluído até o final do ano.



> PENSÕES FRAUDE

Auditoria interna feita no Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (Igeprev) identificou cerca de 530 casos de segurados já falecidos, mas que continuavam na folha de pagamento do órgão. O prejuízo mensal chegava a cerca de R\$ 2,4 milhões, segundo informações divulgadas pelo Igeprev, que anunciou a suspensão dos benefícios e divulgou uma lista dos casos suspeitos de fraude. Os titulares e dependentes que estão na lista têm 90 dias para comparecer ao órgão, sob pena de terem os pagamentos cancelados definitivamente.